INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Imagens Sociais de Jovens em Acolhimento residencial: Um Estudo com Estudantes Universitários

Sara Pereira Santos

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientador(a):
Doutora Eunice Vieira Magalhães, Professora Auxiliar,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2026

CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia

Imagens Sociais de Jovens em Acolhimento residencial: Um Estudo com Estudantes Universitários

Sara Pereira Santos

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientador(a):
Doutora Eunice Vieira Magalhães, Professora Auxiliar,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2026

Agradecimentos

Escrever e desenvolver uma dissertação de mestrado é um processo exigente, repleto de desafios, incertezas e momentos que testam a nossa regulação emocional. Contudo, ao chegar ao fim deste percurso, tenho a certeza de que esta não é uma caminhada que se faça sozinha, mas sim rodeada de pessoas que tornam o processo mais leve e gratificante. Deste modo, deixo a minha maior e mais sincera gratidão a todos os que fizeram parte desta etapa.

Em primeiro lugar, dirijo um agradecimento à Professora Doutora Eunice Magalhães, minha orientadora. O desejo de ser por si orientada nasceu do testemunho do seu profissionalismo e dedicação ímpares durante o primeiro ano de mestrado. Estas características mantiveram-se e revelaram-se determinantes para o meu crescimento académico e para a consecução desta dissertação. Agradeço profundamente o rigor científico que sustenta a sua atuação, aliado à orientação exigente e à constante disponibilidade que facilitaram todo este processo

À minha família, especialmente aos meus pais, por todo o apoio incondicional, preocupação, carinho e encorajamento ao longo desta jornada. Obrigada por acreditarem sempre em mim e por me terem transmitido os valores que hoje me guiam.

Aos meus amigos, o meu sincero obrigada por estarem ao meu lado em mais uma etapa. Sem todo o vosso apoio, cumplicidade e as memórias que construímos juntos, estes não teriam sido, efetivamente, os melhores anos da minha vida.

Ao meu namorado, por estar sempre ao meu lado nos altos e baixos deste processo. Obrigada por acreditares verdadeiramente em mim, por me apoiares nesta jornada académica e por seres fonte de afeto, suporte e motivação ao longo de todo este percurso.

Ao meu local de estágio, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Amadora, deixo um agradecimento especial pelo incentivo constante, impulsionando-me a finalizar o mestrado e a começar, finalmente, o meu percurso profissional.

Finalmente, a Psicologia, por ter sido uma das minhas melhores escolhas e ao Iscte, por ter sido Casa ao longo destes cinco anos.

Resumo

A literatura sugere que as imagens sociais associadas a crianças e jovens em acolhimento residencial são predominantemente negativas, resultando em processos de estigmatização com um impacto prejudicial no seu bem-estar. Variáveis sociocognitivas como a orientação para a dominância social e a empatia, ou diferenças individuais de género, têm sido associadas a estas imagens sociais. Assim, o presente estudo, teve como objetivo testar o papel mediador destas variáveis sociocognitivas na relação entre o sexo e a imagens sociais de jovens acolhidos. Participaram neste estudo 161 estudantes universitários com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos (M = 23.06, SD = 5.22), maioritariamente do sexo feminino (78.3%), de nacionalidade portuguesa (97.5%) e sem contacto prévio ou atual com jovens em acolhimento residencial (64.6%).

Os resultados obtidos revelaram efeitos indiretos estatisticamente significativos da empatia e da oposição à igualdade na relação entre o sexo dos participantes e a dimensão competentes das imagens sociais. As participantes do sexo feminino tendem a apresentar níveis mais elevados de preocupação empática e tomada de perspetiva e mais reduzidos de oposição à igualdade, o que por sua vez, está associado a níveis mais elevados de imagens sociais relacionadas com a competência dos jovens acolhidos.

A presente dissertação permitiu aprofundar a compreensão acerca das diferenças individuais ao nível das imagens sociais de jovens em acolhimento residencial assim como do papel das variáveis sociocognitivas. Serão discutidas implicações para mitigar os mecanismos que perpetuam desigualdades face a grupos em situação de particular vulnerabilidade, como os jovens em acolhimento.

Palavras-Chave: Acolhimento Residencial; Sexo; Imagens Sociais; Orientação para a Dominância Social; Empatia

Abstract

The literature suggests that the social images associated with children and young people in residential care are predominantly negative, resulting in stigmatization processes with a detrimental impact on their well-being. Sociocognitive variables such as social dominance orientation and empathy, or individual gender differences, have been associated with these social images. Thus, the present study aimed to test the mediating role of these sociocognitive variables in the relationship between gender and the social images of young people in residential care. This study included 161 university students, aged between 18 and 55 years (M = 23.06, SD = 5.22), mostly female (78.3%), portuguese (97.5%) and with no prior or current contact with young people in residential care (64.6%).

The results revealed statistically significant indirect effects of empathy and opposition to equality in the relationship between the gender of the participants and the competent dimension of social images. Female participants tend to exhibit higher levels of empathic concern and perspective-taking and lower levels of opposition to equality, which in turn is associated with higher levels of social images related to the competence of the young people in care.

This dissertation helped to deepen the understanding of individual differences in the social images of young people in residential care, as well as the role of sociocognitive variables. Implications for mitigating the mechanisms that perpetuate inequalities towards groups in situations of vulnerability, such as young people in care, will be discussed.

Keywords: Residencial Care; Gender; Social Images; Social Dominance Orientation; Empathy

Índice

Agradecimentos iii
Resumo v
Abstract vii

Introdução 1
Capítulo 1. Enquadramento Teórico 3
1.1. Contextualização da Medida de Acolhimento Residencial 3
1.2. As Imagens Sociais de Jovens em Acolhimento Residencial 5
1.3. O Papel da Orientação para a Dominância Social e da Empatia 7
1.4. Diferenças de Sexo na Orientação para a Dominância Social, Empatia e Imagens Sociais 8
1.5. Objetivos do Presente Estudo 10

Capítulo 2. Método 13
2.1. Participantes 13
2.2. Instrumentos 13
2.2.1. Questionário Sociodemográfico 13
2.2.2. Questionário de Avaliação das Imagens Sociais 14
2.2.3. Escala de Orientação para a Dominância Social 14
2.2.4. Índice de Reatividade Interpessoal 15
2.3. Procedimentos de Recolha e Análise de Dados 15

Capítulo 3. Resultados 17
3.1. Estatísticas Descritivas e Correlações entre as Variáveis 17
3.2. Modelo de Mediação da Empatia e Orientação para a Dominância Social 19

Capítulo 4. Discussão 21
4.1. Limitações, Implicações para a Investigação e para a Prática 25

Conclusão 29

Fontes 31

Referências Bibliográficas 33
Apêndice 39

Introdução

Os jovens em acolhimento residencial constituem uma população em situação de especial vulnerabilidade, caracterizada pela exposição prévia a experiências adversas na infância (e.g., Magalhães & Camilo, 2023; Neagoe & Papasteri, 2023; Pinheiro et al., 2024; Schofield, 2017). Para além das dificuldades desenvolvimentais e emocionais associadas a estas vivências, à adolescência (Humphreys, 2019) e à própria institucionalização, esta população enfrenta ainda processos de estigmatização e invalidação social (Garrido et al., 2016). A literatura sugere que as imagens sociais associadas a estes jovens são predominantemente negativas e ambíguas (Calheiros et al., 2015; Garrido et al., 2016; Lopes et al., 2017).

Neste sentido, a compreensão acerca da formação destas perceções remete para o papel central de variáveis sociocognitivas, como a orientação para a dominância social e a empatia. A investigação tem vindo a sugerir que estas variáveis influenciam a adoção de estereótipos e preconceitos (e.g., Galinsky & Moskowitz, 2000; McFarland, 2010) e revelam diferenças consistentes em função do sexo (e.g., Graça et al., 2018; Milfont et al., 2016; Rollero et al., 2021). Mais precisamente, os homens tendem a apresentar níveis mais elevados de orientação para a dominância social quando comparados com as mulheres que, por outro lado, tendem a possuir valores de empatia mais elevados (e.g., Graça et al., 2018; Milfont et al., 2016; Rollero et al., 2021). Assim, considerando a necessidade de maior investimento científico acerca as imagens sociais de jovens em acolhimento residencial (e.g., Calheiros et al., 2015; Hoffnung-Assouline et al., 2025; Lopes et al., 2017), o presente estudo pretende explorar o papel mediador da orientação para a dominância social e da empatia na relação entre o sexo dos participantes e as imagens sociais de jovens em acolhimento residencial.

Para o efeito, esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico, no qual são aprofundados os conceitos de imagens sociais, de orientação para a dominância social e de empatia, permitindo compreender o papel central destas variáveis sociocognitivas, bem como do sexo, na forma como os jovens acolhidos são percecionados. O segundo capítulo descreve a metodologia do estudo, especificamente, os seus participantes, os instrumentos e os procedimentos de recolha e análise de dados utilizados. Seguidamente, no terceiro, encontram-se os resultados e, no quarto, a discussão dos mesmos com base na literatura, bem como as limitações e implicações do estudo para a investigação e para a prática. Finalmente, no quinto capítulo, são apresentadas as principais conclusões retiradas do desenvolvimento da presente dissertação

CAPÍTULO 1

Enquadramento Teórico

1.1. Contextualização da Medida de Acolhimento Residencial

A medida de acolhimento residencial constitui uma das medidas de promoção e proteção definida legalmente pelo Decreto-Lei n.º 39/2025 de 25 de março como uma alternativa de colocação de uma criança[1] sob os cuidados de:

> ... instituição de acolhimento que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar, com vista ao seu desenvolvimento integral (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo [LPCJP], art. 49.º).

Esta medida possui carácter temporário, prevendo-se a reunificação familiar da criança ou, quando tal não é possível, a preparação da mesma para a autonomia de vida ou para a adoção (Decreto-Lei n.º 164/2019, art. 2.º). Para além de se procurar assegurar as necessidades das crianças em situação de perigo, durante a colocação em acolhimento procura-se também reforçar as competências parentais dos responsáveis pelos cuidados às mesmas, de modo a assegurar uma reunificação mais célere e bem-sucedida, caso exista essa possibilidade (Decreto-Lei n.º 164/2019).

As medidas de colocação em Portugal, em 2024, representaram 11.5% de um total de 55.448 medidas aplicadas (Instituto da Segurança Social [ISS], 2025). Apesar de o acolhimento familiar ser a medida de cuidados alternativos priorizada (e.g., Anjos et al., 2023; Del Valle & Bravo, 2013) e reforçada recentemente pela Lei n.º 37/2025, de 31 de março, a verdade é que a colocação em acolhimento residencial continua a ser predominante no contexto português (Anjos et al., 2023; ISS, 2025; Magalhães et al., 2022). Mais precisamente, em 2024, das 6.349 crianças em situação de acolhimento, 5.152 (81.1%) estavam colocadas em casas de acolhimento generalistas, face a 361 (5.7%) acolhidas por famílias de acolhimento (ISS, 2025). As restantes encontravam-se acolhidas em apartamentos de autonomização (4.9%) ou casas de acolhimento especializado (2.3%) (ISS, 2025). Ainda de acordo com estes dados nacionais, 67.9% das crianças em acolhimento têm 12 ou mais anos, evidenciando uma clara predominância da adolescência neste contexto (ISS, 2025).

[1] A referência a Criança(s) ao longo do documento envolve crianças e jovens com idade inferior a 18 anos.

As crianças em acolhimento residencial constituem uma população em situação especialmente vulnerável, caracterizada pela exposição a experiências adversas na infância (ISS, 2025; Neagoe & Papasteri, 2023; Pinheiro et al., 2024; Schofield, 2017), incluindo abuso e negligência (e.g., abuso sexual, abuso físico e exposição a violência doméstica) (Greger et al., 2015). Em Portugal, os dados nacionais corroboram amplamente esta realidade, destacando-se a negligência de forma clara como a situação de perigo mais prevalente entre as crianças e jovens com uma medida de colocação (ISS, 2025). Do total de situações de perigo que estiveram na origem do acolhimento de crianças em 2024, a negligência representou 69.8% das mesmas (ISS, 2025). Esta tendência verifica-se igualmente nas novas entradas no sistema de acolhimento ocorridas no mesmo ano, onde a negligência se manteve como a situação de perigo com maior incidência (44%) (ISS, 2025). Importa ainda referir que, raramente, as situações de perigo surgem isoladas, podendo corresponder a cada criança mais do que uma situação de perigo (ISS, 2025).

A investigação sugere que estas experiências estão associadas a resultados desenvolvimentais negativos e que estas crianças e jovens apresentam piores resultados do que aquelas que vivem num contexto familiar (Almas et al., 2020; Magalhães & Camilo, 2023; Moreno-Manso et al., 2020; Pinheiro et al., 2024). O histórico de experiências adversas prévias à entrada no sistema de promoção e proteção tem um papel determinante na manifestação atual de sintomas internalizantes e externalizantes nas crianças acolhidas, afetando o seu desenvolvimento (Almas et al., 2020; Greger et al., 2015; Magalhães & Camilo, 2023; Moreno-Manso et al., 2020; Pinheiro et al., 2024). Estas consequências ao nível do desenvolvimento psicopatológico variam consoante as situações de perigo a que as crianças foram expostas, exigindo respostas de intervenção ajustadas em função do historial de maus-tratos da criança (Magalhães & Camilo, 2023).

Estas dificuldades psicológicas podem ser acentuadas por aspetos inerentes ao envolvimento no sistema de acolhimento (Magalhães & Calheiros, 2017), designadamente, a instabilidade e natureza do cuidado (e.g., rácio e rotatividade dos profissionais das casas de acolhimento, reduzida flexibilidade e responsividade) (Alberto, 2008), e as disrupções devido a possíveis mudanças frequentes de colocação ou reentradas em acolhimento residencial (Almas et al., 2020). Assim, o estabelecimento de relações significativas, estáveis e consistentes com um cuidador específico parecem mais comprometidas neste contexto (Alberto, 2008; McCall, 2011). Todos estes aspetos impactam negativamente o desenvolvimento emocional e social das crianças em acolhimento, acentuando os problemas de internalização e externalização anteriormente descritos (Almas et al., 2020; McCall, 2011). Assim, estas

crianças experienciam desafios acrescidos face aos seus pares, especialmente na adolescência, considerado um período pautado por mudanças e desafios desenvolvimentais (Humphreys, 2019), o que os coloca numa particular circunstância de vulnerabilidade. Além disso, a investigação sugere que a colocação em acolhimento residencial pode envolver processos de estigmatização e invalidação social (Garrido et al., 2016) sendo, por isso, importante explorar as imagens sociais associadas a esta população.

1.2. As Imagens Sociais de Jovens em Acolhimento Residencial

As imagens sociais configuram-se como construções partilhadas sobre grupos específicos que muitas vezes prevalecem sem ter em conta a sua precisão, autenticidade ou veracidade (Corsini, 1999; Hoffnung-Assouline et al., 2025; Lopes et al., 2017). Estas imagens, de carácter positivo ou negativo, são moldadas por influências externas decorrentes de interações em ambiente familiar, comunitário ou profissional (Calheiros et al., 2015; Lopes et al., 2017). Deste modo, refletem estereótipos, generalizações simplistas ou crenças rígidas sobre uma dada realidade (Calheiros et al., 2015; Hoffnung-Assouline et al., 2025; Lopes et al., 2017). Sob uma perspetiva cognitiva, tais generalizações funcionam como mecanismos adaptativos de simplificação da informação diária, orientando a observação, a interação e a tomada de decisão sobre um dado grupo e seus membros (Calheiros et al., 2015; Hamilton & Uhles, 2000).

No contexto de acolhimento residencial de crianças em situação de perigo, tendem a ser disseminadas e endossadas imagens sociais particularmente negativas e ambíguas (Calheiros et al., 2015). Especificamente, este grupo é associado a atributos como tristes e problemáticos sendo, menos frequentemente, percebidos como felizes e cuidados (Garrido et al., 2016; Lopes et al., 2017). Além disso, estes jovens são frequentemente descritos como vítimas de trauma e abandono, manifestando problemáticas emocionais (i.e., baixa autoestima, tristeza, solidão), e comportamentais (i.e., agressividade e conflitualidade) (Hoffnung-Assouline et al., 2025). Do mesmo modo, a investigação sugere que atributos como rebeldes, carentes (Hoffnung-Assouline et al., 2025; Calheiros et al., 2015; Garrido et al., 2016), negligenciados (Hoffnung-Assouline et al., 2025) ou inseguros (Calheiros et al., 2015; Garrido et al., 2016) são utilizados para caraterizar esta população. Ilustrativamente, um estudo recente demonstrou que apenas um quinto da amostra percecionava os jovens em acolhimento residencial como amados ou estimados (Hoffnung-Assouline et al., 2025). Esta prevalência de imagens estigmatizantes associa-se a piores resultados de bem-estar físico, psicológico e social dos próprios jovens (Baams et al., 2013; Potochnick & Perreira, 2010), com impactos severos ao nível emocional e comportamental (Silva & Calheiros, 2022) resultantes da internalização do estigma (An et al.,

2020). A longo prazo, estes processos podem comprometer esferas estruturais da vida do indivíduo, nomeadamente, o acesso à habitação ou emprego de qualidade, perpetuando trajetórias de exclusão social (Garrido et al., 2016; Ibrahim & Howe, 2011). Importa notar que, apesar de a investigação sugerir consistentemente que a imagem social destes jovens é mais desfavorável do que a dos seus pares integrados em meio familiar (Garrido et al., 2016), emergem também, embora com menor frequência, imagens sociais positivas associadas à sua competência, coragem e resiliência (Hoffnung-Assouline et al., 2025; Lopes et al., 2017).

Ademais, a investigação revela que as imagens sociais acerca desta população variam em função de aspetos como a idade da criança acolhida (Calheiros et al., 2015) e do nível de contacto profissional com a realidade do acolhimento (Garrido et al., 2016). No que diz respeito à idade, as crianças acolhidas até aos 12 anos são descritas, predominantemente, através de atributos internos e emocionais (e.g., triste e carente), ao passo que os jovens maiores de 12 anos são caracterizados por traços externos e comportamentais (e.g., agressivo e rebelde) (Calheiros et al., 2015). No âmbito do contacto profissional com este grupo, os profissionais tendem a manifestar uma perceção significativamente mais negativa dos jovens do que os leigos, descrevendo-os como menos felizes e cuidados, e manifestamente mais tristes e problemáticos (Garrido et al., 2016; Lopes et al., 2017). Esta assimetria percetual, independente de variáveis sociodemográficas do avaliador (e.g., sexo e contacto com jovens acolhidos), parece decorrer de fatores organizacionais, nomeadamente, a exaustão emocional e o *burnout*, resultantes da sobrecarga laboral, os quais potenciam enviesamentos percetivos e a generalização de imagens negativas (Calheiros et al., 2015; Garrido et al., 2016). Este cenário é exacerbado por fragilidades estruturais do próprio sistema de promoção e proteção apontadas na literatura. Destacam-se a ausência de modelos de intervenção especializados e adaptados aos perfis específicos de cada criança (Calheiros & Patrício, 2014), bem como a falta de formação contínua e específica das equipas técnicas (Calheiros et al., 2015). Esta ausência/escassez de formação adequada, aliada a condições laborais desafiantes, limita a capacidade dos profissionais para gerirem situações de crise diárias e aumenta o risco de exaustão (Calheiros et al., 2015).

Não obstante o impacto crítico destas imagens sociais no ajustamento e bem-estar dos jovens acolhidos, o estudo sistemático das mesmas permanece escasso (e.g., Calheiros et al., 2015; Hoffnung-Assouline et al., 2025; Lopes et al., 2017). Torna-se, por conseguinte, fundamental explorar o papel de variáveis individuais e sociocognitivas potencialmente explicativas das imagens sociais de jovens em acolhimento residencial. Especificamente, a orientação para a dominância social e a empatia têm sido amplamente validadas na literatura

sobre estereótipos, preconceito (Galinsky & Moskowitz, 2000; McFarland, 2010) e crenças e mitos sobre grupos em situação de vulnerabilidade psicossocial (Magalhães et al., 2022), justificando-se a sua inclusão e análise no presente estudo.

1.3. O Papel da Orientação para a Dominância Social e da Empatia

A orientação para a dominância social reflete uma orientação individual de suporte às desigualdades entre grupos sociais (Sidanius et al., 2001), caracterizando-se pela aceitação de relações intergrupais hierárquicas (Magalhães et al., 2022; Pratto et al., 1994) e pela avaliação do endogrupo como superior (Giger et al., 2015). Este construto subdivide-se em duas dimensões: a oposição à igualdade e a orientação para a dominância grupal (Giger et al., 2015; Ho et al., 2015; Jost & Thompson, 2000; Silván-Ferrero & Bustillos, 2007). A oposição à igualdade traduz-se numa forma de justificação do sistema, na qual o individuo legitima a estrutura social vigente com base nas suas próprias necessidades psicológicas e sociais, atuando como um mecanismo de incentivo a um sistema desigual (Giger et al., 2015; Jost & Thompson, 2000). Por sua vez, a orientação para a dominância grupal reflete a justificação do grupo de pertença através da construção e manutenção de uma imagem favorável do mesmo e dos seus membros (Giger et al., 2015; Jost & Thompson, 2000). No caso de grupos de estatuto elevado, esta dimensão resulta na defesa absoluta da sua superioridade na hierarquia social (Giger et al., 2015; Jost & Thompson, 2000), com recurso a táticas abertamente opressivas e agressivas face a grupos minoritários (Sears et al., 2008).

A evidencia científica sugere que a orientação para a dominância social é um preditor forte e consistente do preconceito generalizado (McFarland, 2010), designadamente, perante grupos marginalizados, tais como pessoas transgénero, não binárias e imigrantes, assumindo a oposição à igualdade um papel preponderante (Alcantara et al., 2019; Perez-Arche & Miller, 2021). Especificamente, a orientação para a dominância social parece atuar como um mecanismo de reforço hierárquico, apoiando sistemas nos quais os grupos dominantes afirmam o seu poder e estatuto face a grupos em risco de exclusão social (Bjärehed et al., 2019; Graça et al., 2016; Sidanius & Pratto, 1999). Ademais, este construto contribui para a aceitação de estereótipos e mitos que estão na base da desvalorização de grupos em situação de vulnerabilidade, como crianças vítimas de abuso sexual (Alcantara et al., 2019), associando-se a uma menor perceção da gravidade do abuso, maior culpabilização da vítima e menor responsabilização do agressor (Magalhães et al., 2022). Uma maior orientação para a dominância social pode ainda legitimar condutas que limitam as liberdades e direitos das mulheres (Pratto et al., 2006).

Se a orientação para a dominância social parece estar positivamente associada a estes processos de preconceito e a crenças enviesadas sobre grupos em particular circunstância de vulnerabilidade, a investigação sugere que a empatia surge negativamente associada aos mesmos (Hoffnung-Assouline et al., 2025; McFarland, 2010). A empatia é conceptualizada como a capacidade de compreender os outros e integrar o seu ponto de vista (Hojat et al., 2002), englobando pelo menos três fenómenos essenciais: saber o que outra pessoa está a sentir, sentir o que outra pessoa está a sentir e responder à experiência de outra pessoa (Decety & Jackson, 2004). Conceptualmente, a empatia é um construto multidimensional que integra uma dimensão afetiva e uma dimensão cognitiva (Davis, 1983; 2006). A dimensão afetiva relaciona-se com a preocupação empática e com o contágio emocional, remetendo para a capacidade de percecionar e partilhar o estado afetivo de outra pessoa (Rochat, 2023) e de manifestar compaixão perante situações desfavoráveis (Davis, 1983; 2006). Por outro lado, a dimensão cognitiva vincula-se ao processo de tomada de perspetiva, envolvendo a capacidade de efetuar inferências acerca do estado mental de terceiros, compreendendo as suas experiências internas e sentimentos (Davis, 1983; Rochat, 2023). Ambas as dimensões tornam o individuo mais propenso a compreender os outros e a valorizar as suas preocupações, reduzindo a tendência para menosprezar grupos em desvantagem social (McFarland, 2010).

Finalmente, sabe-se que o contacto intergrupal está associado a níveis mais elevados de empatia e a menores vieses cognitivos (Dovidio et al., 2017; Van Assche et al., 2023). Enquanto a proximidade com grupos diversos potencia a compreensão e a integração da diversidade, a ausência de contacto pode exacerbar processos de preconceito e discriminação (Burke et al., 2015). Consequentemente, níveis mais elevados de empatia estão associados a uma menor expressão de preconceito (McFarland, 2010) e de estereótipos (Galinsky & Moskowitz, 2000), bem como a uma menor culpabilização de vítimas de experiências de violência (Magalhães et al., 2022) e a atitudes mais favoráveis face à diversidade social (McFarland, 2010; Hoffnung-Assouline et al., 2025).

1.4. Diferenças de Sexo na Orientação para a Dominância Social, Empatia e Imagens Sociais

A investigação centrada na orientação para a dominância social e na empatia tem vindo a sugerir de forma consistente um conjunto de diferenças individuais entre homens e mulheres (e.g., Graça et al., 2018; Milfont et al., 2016; Rollero et al., 2021). Especificamente, os resultados sugerem que os homens tendem a reportar níveis mais elevados de orientação para a dominância social quando comparados com as mulheres (e.g., Ho et al., 2015; Rollero et al., 2021; Sidanius

& Pratto, 1999). Estes valores superiores de orientação para a dominância social parecem contribuir para o preconceito generalizado (McFarland, 2010), mas também para enviesamentos específicos, como o preconceito contra pessoas transgénero (Perez-Arche & Miller, 2021) e o preconceito étnico (Pratto et al., 2006), particularmente endossado pelos homens. Em consonância, os homens tendem também a apoiar mais ideologias de género mais tradicionais e a manifestar crenças e comportamentos sexistas com maior frequência do que as mulheres (Pratto et al., 2006).

Em contrapartida, as mulheres tendem a endossar crenças relacionadas com a promoção de relações intergrupais mais igualitárias e não hierárquicas, refletindo valores menores de orientação para a dominância social (Graça et al., 2018), e mais elevados de empatia, comparativamente com os homens (e.g., Hoffnung-Assouline et al., 2025; Magalhães et al., 2011; Magalhães et al., 2022; Milfont et al., 2016; Pang et al., 2023). Estas divergências ao nível da empatia parecem ser mais evidentes na dimensão afetiva devido a uma combinação de fatores evolutivos, neurobiológicos e de desenvolvimento (Christov-Moore et al., 2014). Do ponto de vista evolutivo, a literatura postula que as necessidades de sobrevivência associadas ao cuidado materno exerceram pressões seletivas sobre as mulheres, historicamente constituídas como as principais cuidadoras (Christov-Moore et al., 2014). Este processo terá originado adaptações que favorecem uma maior sensibilidade aos sinais não verbais e estados internos dos bebés (Christov-Moore et al., 2014). No plano neurobiológico, esta predisposição reflete-se num maior desenvolvimento das redes cerebrais subjacentes à empatia afetiva no sexo feminino, assimetria esta corroborada por estudos de neuroimagem que evidenciam maiores volumes de massa cinzenta e uma ativação superior do sistema de neurónios-espelho durante a observação de expressões emocionais (Christov-Moore et al., 2014). Por sua vez, numa perspetiva ontogenética, estas diferenças manifestam-se desde o nascimento, fase em que os recém-nascidos do sexo feminino exibem maiores índices de choro contagioso e uma preferência natural por estímulos e rostos sociais (Christov-Moore et al., 2014). Em contraste, enquanto a resposta empática feminina surge de forma mais indiscriminada e automática, a evidência sugere que empatia masculina assenta em processos de controlo cognitivo e é dependente do contexto (Christov-Moore et al., 2014).

Além disso, estas discrepâncias individuais ao nível destas variáveis sociocognitivas podem ser compreendidas à luz dos processos de socialização diferenciados a que mulheres e homens são expostos (Milfont et al., 2016; Strapko et al., 2016). Ao longo do ciclo de vida, a orientação para a satisfação das necessidades dos outros e a preocupação empática parecem ser mais incentivadas nas mulheres, sendo estas socializadas para a interdependência, cooperação e

prestação de cuidados (Milfont et al., 2016; Strapko et al., 2016). No caso dos homens, o foco cultural na independência, competitividade e autonomia (Strapko et al., 2016), poderá explicar os níveis comparativamente mais baixos de empatia e mais elevados de orientação para a dominância social, traduzindo-se numa menor preocupação face a minorias ou grupos em situação de vulnerabilidade social (Milfont et al., 2016).

Consequentemente, estas diferenças têm implicações na forma como os homens e as mulheres percecionam e interagem com a realidade social. Especificamente, os homens demonstram maior propensão para aceitar mitos sobre a grupos em vulnerabilidade social, o que inclui atribuir menor credibilidade à vítima e menor culpabilidade ao agressor (Magalhães et al., 2022), bem como para legitimar atitudes que limitam a liberdade das mulheres (Pratto et al., 2006). No que diz respeito às imagens sociais de jovens em acolhimento, a evidência empírica mostra-se inconsistente. Se, por um lado, existem estudos que não identificam diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres (Calheiros et al., 2015; Lopes et al., 2017), por outro, investigações recentes apontam para divergências significativas (Hoffnung-Assouline et al., 2025). Estes dados demonstram que as mulheres tendem a percecionar os jovens em acolhimento como mais competentes, felizes e cuidados (Hoffnung-Assouline et al., 2025). Segundo as autoras, este padrão pode ser explicado pelos níveis superiores de preocupação empática no sexo feminino, o que se correlaciona positivamente, como supramencionado, com atitudes mais favoráveis para com outros grupos (Hoffnung-Assouline et al., 2025; McFarland, 2010). Não obstante, a ausência de diferenças significativas no que toca às imagens sociais negativas, parece sugerir que estas poderão ser mais bem explicadas por outros fatores além da empatia (Hoffnung-Assouline et al., 2025).

1.5. Objetivos do Presente Estudo

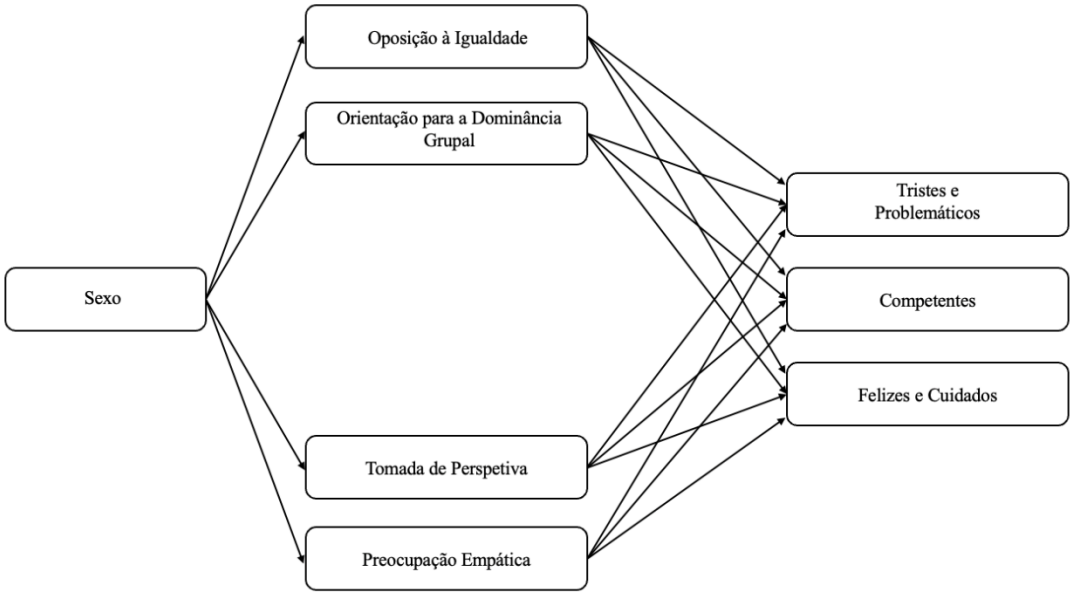
A partir da revisão de literatura anteriormente apresentada, verifica-se que as diferenças entre homens e mulheres no que concerne a potenciais crenças e estereótipos acerca de grupos em situação de particular vulnerabilidade podem ser explicadas, em larga medida, pelos níveis de orientação para a dominância social e de empatia (Magalhães et al., 2022; Perez-Arche & Miller, 2021; Rollero et al., 2021). Assim, no presente estudo pretendemos analisar o papel mediador da empatia e da orientação para a dominância social na relação entre o sexo dos participantes e as imagens sociais de jovens em acolhimento residencial (Figura 1).

Com base na evidência prévia, hipotetizamos que os homens, comparativamente com as mulheres, tendem a apresentar níveis mais reduzidos de empatia (Hoffnung-Assouline et al., 2025; Magalhães et al., 2011; Magalhães et al., 2022) e mais elevados de orientação para a

dominância social (Graça et al., 2018; Ho et al., 2015; Pratto et al., 2006; Rollero et al., 2021; Sidanius & Pratto, 1999), o que, por sua vez, se traduzirá em imagens sociais mais negativas e menos positivas acerca dos jovens em acolhimento residencial.

Figura 1

Modelo Conceptual a Testar no Presente Estudo



CAPÍTULO 2

Método

2.1. Participantes

Participaram neste estudo 161 estudantes universitários com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos (M = 23.06, SD = 5.22), dos quais 126 (78.3%) pertencem ao sexo feminino e 35 (21.7%) ao sexo masculino. A maioria destes estudantes relatou ter nacionalidade portuguesa (97.5%) e estado civil solteiro (55.3%). No que concerne ao rendimento médio mensal do agregado familiar em que se inserem, a maior parte aufere um rendimento entre 1500€ e 3000€ (41%), seguindo a faixa entre 1000€ e 1500€ (28.6%).

No que diz respeito às habilitações académicas, a maioria dos estudantes já concluiu uma licenciatura (56.5%), seguindo-se o ensino secundário (36%) e o mestrado (7.5%). Assim, à data da recolha de dados, 54% frequentava um mestrado, 41% uma licenciatura e 1.9% um doutoramento. No que toca à distribuição pelas áreas de estudo, a maior parte dos participantes, correspondendo a 53.4%, integra o domínio das ciências sociais e humanas (i.e., psicologia e serviço social), ao passo que 41% se insere noutras áreas científicas, tais como as ciências exatas e tecnologias (e.g., gestão, direito, engenharia civil).

Quanto ao contacto dos participantes com jovens em casas de acolhimento, a maioria (64.6%) referiu nunca ter tido qualquer tipo contacto, enquanto 25.5% reportou contacto no passado e 9.9% tem contacto atual com jovens em acolhimento residencial. Daqueles que já tiveram ou têm algum tipo de contacto, 25% indicou que este se deve ao conhecimento pessoal de algum jovem que já residiu ou reside numa instituição/casa de acolhimento, 18.8% decorrente de experiências de estágio ou de trabalho, 17.2% devido a atividades de voluntariado, 12.5% no âmbito da sua formação académica e 4.7% por já ter residido numa instituição/casa de acolhimento.

2.2. Instrumentos

2.2.1. Questionário Sociodemográfico

Com vista à caraterização demográfica dos participantes, os estudantes universitários responderam a um questionário sociodemográfico que englobava atributos como o sexo, a idade, nacionalidade, último grau académico concluído, rendimento médio mensal do seu atual agregado familiar, e contacto com jovens em acolhimento residencial.

2.2.2. Questionário de Avaliação das Imagens Sociais

No presente estudo, foi utilizado o Questionário de Avaliação das Imagens Sociais (SIEQ) com o objetivo de medir as imagens sociais acerca dos jovens em acolhimento residencial (Lopes et al., 2017). Este questionário é composto por 30 itens correspondentes a atributos de valência negativa (13) e de valência positiva (17), respondidos numa escala de *Likert* de 5 pontos (1 - *Não descreve nada bem este jovem* a 5 - *Descreve muito bem este jovem*) (Lopes et al., 2017). Estes atributos organizam-se em três subescalas: a) Tristes e Problemáticos – esta subescala é constituída por 13 itens (α = .90) relativos a atributos tais como Deprimido, Conflituoso ou Negligenciado; b) Competentes – esta subescala é constituída por 10 itens (α = .86) referentes a atributos associados a capacidades individuais e qualidades relacionais positivas (e.g., "Inteligente"; "Lutador"; "Amigo"); c) Felizes e Cuidados – esta subescala é constituída por sete itens (α = .86) associados ao bem-estar dos jovens acolhidos (e.g., "Acarinhado"; "Saudável"; "Feliz") (Lopes et al., 2017). No presente estudo, foram obtidos valores de consistência interna excelentes para as subescalas Tristes e Problemáticos (α = .92) e Competentes (α = .90) e muito bom para a subescala Felizes e Cuidados (α = .85) (Kline, 2016).

2.2.3. Escala de Orientação para a Dominância Social

A orientação para a dominância social foi medida com a Escala de Orientação para a Dominância Social, adaptada para a versão portuguesa por Giger e colaboradores (2015). Esta escala é composta por 16 itens respondidos numa escala Likert de 7 pontos (1 – *Extremamente Negativo* a 7 – *Extremamente Positivo*) organizados em duas dimensões: a) Oposição à Igualdade - engloba itens relacionados com a preferência pela manutenção de hierarquias e desigualdades na sociedade (α = .88) (e.g., "Igualdade grupal deveria ser o nosso ideal"); no entanto, todos os itens devem ser invertidos de forma que valores mais elevados nesta dimensão correspondam a uma maior dominância social; e b) a Orientação para a Dominância Grupal - engloba itens relacionados com a defesa da superioridade e dos interesses do próprio grupo (α = .83) (e.g., Alguns grupos de pessoas, simplesmente, são inferiores a outros grupos") (Giger et al., 2015). Os valores de consistência interna no presente estudo revelaram-se muito bons na dimensão da Oposição à Igualdade (α = .88) e excelentes na Orientação para a Dominância Grupal (α = .93) (Kline, 2016).

2.2.4. Índice de Reatividade Interpessoal

A empatia foi avaliada com recurso ao Índice de Reatividade Interpessoal, originalmente desenvolvido por Davis (1983) e adaptado por Limpo e colaboradores (2010) para a população portuguesa. Este índice é constituído por 24 itens avaliados através de uma escala de Likert 5 pontos (0 – *Não me descreve bem* a 4 – *Descreve-me muito bem*). O mesmo avalia a empatia como um construto multidimensional, englobando quatro subescalas: a Tomada de Perspetiva (α = .73); a Preocupação Empática (α = .76); o Desconforto Pessoal (α = .80) e a Fantasia (α = .84) (Limpo, et al., 2010). No presente estudo foram utilizadas apenas as primeiras duas subescalas, que avaliam, respetivamente, a tendência para adotar o ponto de vista do outro – Tomada de Perspetiva (e.g., "Por vezes tento compreender melhor os meus amigos imaginando a sua perspetiva de ver as coisas") e a manifestação de sentimentos de compaixão e preocupação pelos outros (e.g., "Quando vejo que se estão a aproveitar de uma pessoa, sinto vontade de a proteger") – Preocupação Empática (Limpo et al., 2010). No presente estudo foram obtidos valores de consistência interna muito bons para as duas subescalas: Tomada de Perspetiva (α = .84) e Preocupação Empática (α = .89) (Kline, 2016).

2.3. Procedimentos de Recolha e Análise de Dados

O presente estudo integra um projeto mais alargado de investigação intitulado como "Imagens / representações sociais sobre jovens em acolhimento residencial", e aprovado pela Comissão de Ética do Iscte-IUL (referência 82/2019). A recolha de dados foi iniciada em setembro de 2025 e terminou em janeiro de 2026, tendo sido efetuada em formato online com recurso a questionários de auto-relato, através da plataforma *Qualtrics.* A disseminação foi realizada através da partilha do *link* do questionário nas redes sociais (e.g., WhatsApp, Instagram, Facebook) e junto de associações de estudantes, pedindo que partilhassem junto dos seus estudantes e das suas *mailing lists*. Os critérios de inclusão neste estudo envolviam: ter 18 anos ou mais, ser estudante universitário e compreender português.

Antes do preenchimento dos diferentes questionários, os participantes tiveram acesso ao consentimento informado, a partir do qual lhes foi apresentado o objetivo geral do estudo, as questões relacionadas com a participação voluntária, o anonimato, a confidencialidade e a possibilidade de desistir a qualquer momento. O tempo estimado de preenchimento do questionário foi de 20 minutos, tendo este sido acedido por 363 sujeitos, no entanto, apenas 161 concordaram em participar e/ou preencheram todos os questionários necessários.

Para a análise de dados deste estudo, foi utilizado o *software IBM SPSS Statistics 30*, nomeadamente, para as estatísticas descritivas, consistência interna e correlações entre as

variáveis do estudo. Para testar o modelo de mediação, foi utilizado o *software* AMOS 28, e especificamente o método *bootstrap* (95% - intervalos de confiança; *bias corrected bootstrapping*; 5000 reamostragens) para assegurar a robustez dos resultados e testar a significância dos efeitos indiretos (Igartua & Hayes, 2021). O modelo de mediação foi testado controlando para o contacto com jovens acolhidos e para a idade dos participantes.

CAPÍTULO 3

Resultados

3.1. Estatísticas Descritivas e Correlações entre as Variáveis

A análise das correlações entre as variáveis em estudo (Tabela 1) revelou associações estatisticamente significativas entre o sexo dos participantes e todas as variáveis analisadas. Os participantes do sexo masculino, neste estudo, reportaram níveis superiores na orientação para a dominância grupal, oposição à igualdade e na dimensão tristes e problemáticos das imagens sociais. Por sua vez, as participantes do sexo feminino reportaram níveis mais elevados nas duas dimensões da empatia (tomada de perspetiva e preocupação empática), e também nas dimensões competentes e felizes e cuidados das imagens sociais.

Além disso, a orientação para a dominância grupal revelou-se estatisticamente associada, de forma negativa, com as dimensões competentes, felizes e cuidados das imagens sociais assim como com as duas dimensões de empatia (preocupação empática e tomada de perspetiva), e de forma positiva com dimensão tristes e problemáticos das imagens sociais. O mesmo padrão de associações foi observado na oposição à igualdade, exceto no que se refere à dimensão tristes e problemáticos das imagens sociais, cuja associação não se revelou significativa.

Os resultados revelaram ainda associações positivas entre as duas dimensões de empatia e as dimensões competentes, felizes e cuidados das imagens sociais e negativas com a dimensão tristes e problemáticos. Finalmente, a idade encontra-se positivamente associada à preocupação empática, e o contacto prévio com jovens em acolhimento residencial encontra-se associado de forma negativa às dimensões da orientação para a dominância social e de forma positiva à dimensão felizes e cuidados das imagens sociais e às duas dimensões da empatia. Especificamente, participantes com contacto prévio com jovens em acolhimento residencial apresentam pontuações mais elevadas na empatia e na dimensão felizes e cuidados, e mais reduzidas na orientação para a dominância social.

Tabela 1

Estatísticas Descritivas e Correlação entre as Variáveis em Estudo

	M	*DP*	1	2	3	4	5	6	7	8	9
(1) Sexo[a]	-	-	1								
(2) Contacto[a]	-	-	.20*	1							
(3) Idade	23.06	5.22	.16*	.13	1						
(4) Orientação para a Dominância Grupal	2.24	1.14	-.49**	-.16*	-.11	1					
(5) Oposição à Igualdade	2.38	1.38	-.30**	-.17*	-.13	.69**	1				
(6) Competentes	3.52	.63	.25**	.15	.03	-.48**	-.47**	1			
(7) Felizes e Cuidados	2.79	.54	.26**	.16*	-.10	-.20*	-.17*	.48**	1		
(8) Tristes e Problemáticos	3.62	.72	-.20*	-.11	-.09	.19*	.10	-.49**	-.59**	1	
(9) Preocupação Empática	2.95	.93	.54**	.19*	.16*	-.65**	-.55**	.52**	.31**	-.29**	1
(10) Tomada de Perspetiva	2.89	.74	.46**	. 17*	.10	-.63**	-.42**	.50**	.29**	-.28**	.65**

Nota. N = 161; * $p < .05$; ** $p < .01$; *M* = Média; *DP* = Desvio Padrão; Sexo: Masculino (0), Feminino (1); Contacto com Jovens em Acolhimento Residencial: Não (0) Sim (1) [a] correlação ponto bisseri

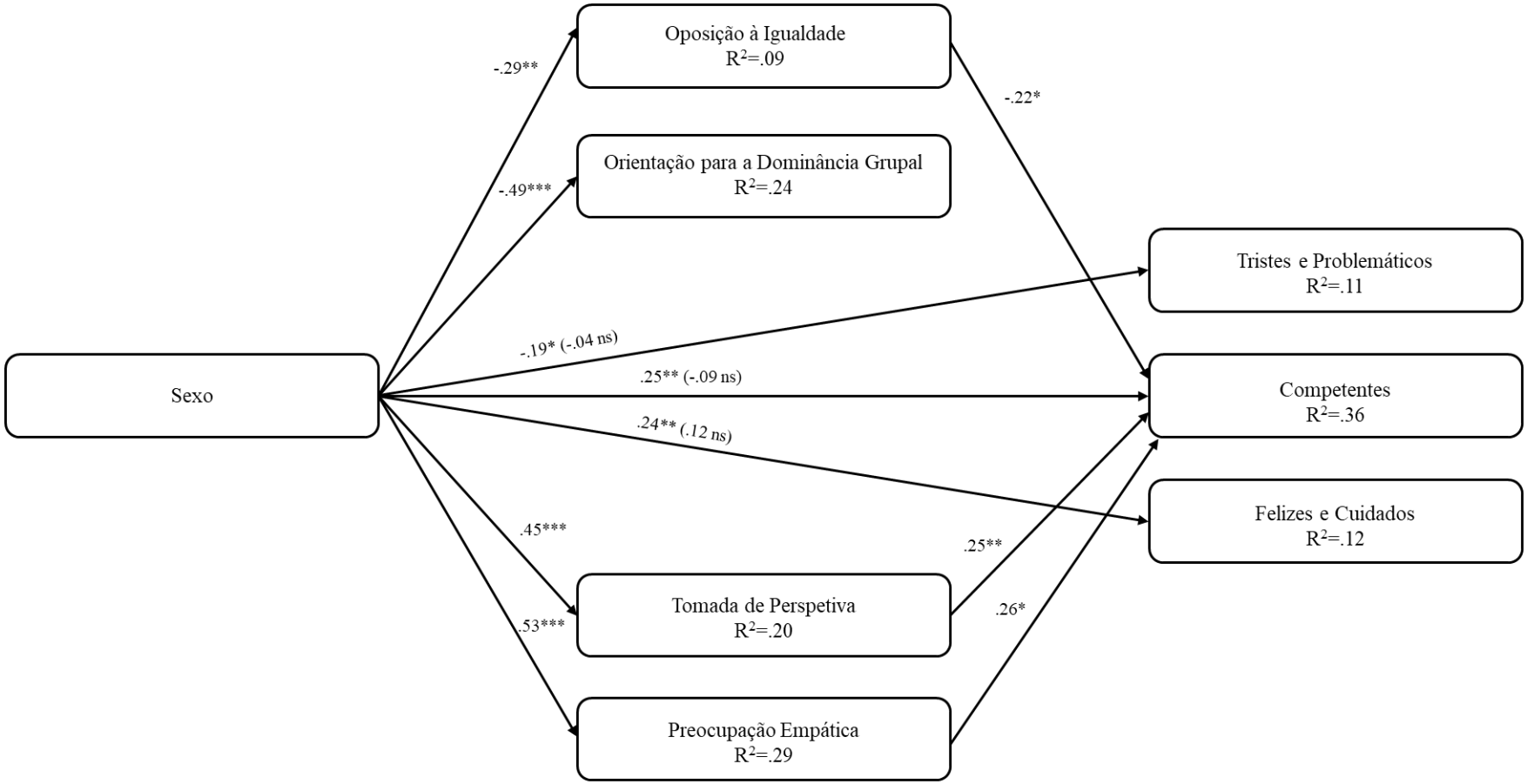
3.2. Modelo de Mediação da Empatia e Orientação para a Dominância Social

No que diz respeito ao modelo de mediação, os resultados revelaram efeitos indiretos estatisticamente significativos da empatia (preocupação empática e tomada de perspetiva) e da oposição à igualdade na relação entre o sexo dos participantes e a dimensão competentes das imagens sociais ($\beta = .331$, $p < .001$, 95% Bootstrap IC [0.202, 0.464]). Especificamente, as participantes do sexo feminino tendem a apresentar níveis mais elevados de preocupação empática e tomada de perspetiva e mais reduzidos de oposição à igualdade, o que por sua vez, está associado a níveis mais elevados de imagens sociais relacionadas com a competência dos jovens acolhidos.

Do mesmo modo, foram ainda observados efeitos totais estatisticamente significativos na relação entre o sexo dos participantes e as três dimensões das imagens sociais dos jovens acolhidos. Especificamente, as participantes do sexo feminino tendem a apresentar níveis mais elevados nas dimensões competentes e felizes e cuidados e menores na dimensão tristes e problemáticos, do que os participantes do sexo masculino.

Figura 2

Modelo de Mediação da Orientação para a Dominância Social e Empatia na Relação entre o Sexo e as Imagens Sociais de Jovens em Acolhimento Residencial



Nota. *p < .05; **p < .01; ***p < .001; Sexo: Masculino (0), Feminino (1)

CAPÍTULO 4

Discussão

O presente estudo teve como principal objetivo analisar o papel mediador de variáveis sociocognitivas, designadamente, a orientação para a dominância social e a empatia, na relação entre o sexo dos participantes e as imagens sociais de jovens em acolhimento residencial.

Com efeito, as crianças e jovens em acolhimento residencial apresentam uma exposição significativamente elevada a experiências adversas na infância (e.g., Neagoe & Papasteri, 2023; Pinheiro et al., 2024; Schofield, 2017) e enfrentam um risco acentuado de exclusão social, estigma e preconceito (Garrido et al., 2016). Dado que a disseminação de crenças estereotípicas e de imagens sociais negativas sobre estes jovens prejudica o seu bem-estar e desenvolvimento normativo (e.g., Calheiros et al., 2015; Hoffnung-Assouline et al., 2025), torna-se imperativo explorar os mecanismos subjacentes a estas perceções para informar quer a prática quer as políticas. Contudo, o estudo sistemático desta temática permanece escasso (e.g., Calheiros et al., 2015; Hoffnung-Assouline et al., 2025; Lopes et al., 2017), o que acentua a relevância deste trabalho, sobretudo considerando que a grande maioria dos jovens integrados no sistema de acolhimento residencial nacional tem 12 ou mais anos (ISS, 2025). Assim, este estudo pretende constituir-se como um contributo adicional para a compreensão do papel de variáveis individuais e sociocognitivas explicativas de estereótipos e preconceito (Galinsky & Moskowitz, 2000; McFarland, 2010), face a grupos em particular situação de vulnerabilidade psicossocial (Magalhães et al., 2022).

Num primeiro momento, com o objetivo de identificarmos potenciais variáveis a controlar no modelo de mediação, procedemos a uma análise de correlações entre as variáveis em estudo. Os resultados revelaram que os participantes do sexo masculino apresentaram níveis superiores de orientação para a dominância social (e.g., Graça et al., 2018; Ho et al., 2015; Milfont et al., 2016; Pratto et al., 2006; Rollero et al., 2021; Sidanius & Pratto, 1999). Este padrão de resultados compreende-se à luz da literatura, uma vez que os homens são tipicamente socializados de acordo com papeis de género que valorizam a competitividade, a independência e a dominância, resultando em níveis mais elevados de orientação para a dominância social (Milfont et al., 2016; Pratto et al., 2006; Strapko et al., 2016). Adicionalmente, estes participantes reportaram pontuações mais elevadas na dimensão tristes e problemáticos das imagens sociais, o que pode ser explicado pela maior propensão para o preconceito e menor empatia tipicamente observadas em participantes do sexo masculino (Hoffnung-Assouline et al., 2025).

Por outro lado, as participantes do sexo feminino reportaram níveis mais elevados de empatia nas suas duas dimensões, o que é congruente com a investigação anterior que sugere que as mulheres apresentam uma tendência para desenvolverem uma maior empatia do que os homens (e.g., Graça et al., 2018; Hoffnung-Assouline et al., 2025; Magalhães et al., 2011; Magalhães et al., 2022; Milfont et al., 2016; Pang et al., 2023), particularmente a preocupação empática (Christov-Moore et al., 2014), o que foi corroborado. As mulheres apresentaram ainda, como estabelecido pela literatura, um nível mais elevado nas dimensões competentes e felizes e cuidados das imagens sociais, comparativamente aos homens o que, segundo Hoffnung-Assouline e colaboradores (2025), pode ter origem na maior preocupação empática que possuem e que se sabe que está associada a atitudes mais positivas em relação a outros grupos (McFarland, 2010). Com efeito, também neste estudo encontrámos correlações positivas entre ambas as dimensões da empatia e as dimensões competentes e felizes e cuidados das imagens sociais e negativas com a dimensão tristes e problemáticos. Assim, níveis mais elevados de empatia parecem estar associados a uma menor probabilidade de desqualificar e desvalorizar grupos em desvantagem social, incluindo níveis mais reduzidos de preconceito (McFarland, 2010) e estereótipos (Galinsky & Moskowitz, 2000).

Ainda no que respeita às associações, encontrámos uma associação positiva da dimensão da preocupação empática com a idade. Sob uma perspetiva desenvolvimental, pessoas mais velhas poderão apresentar um maior reportório de exposição à diversidade social e intergrupal, o que pode potenciar a sensibilidade interpessoal e comportamentos mais empáticos e pró-sociais (Dovidio et al., 2017; Erikson, 1993). Com efeito, apesar de a maioria dos participantes nunca terem contactado com jovens acolhidos, os participantes com contacto tendem a apresentar níveis mais elevados de empatia e de imagens sociais positivas, na dimensão felizes e cuidados e mais reduzidos de orientação para a dominância social. Estas associações podem ser explicadas pela evidencia de que o contacto com outros grupos tende a potenciar uma maior capacidade de os indivíduos integrarem e compreenderem as diferenças individuais e inter-grupais e de reduzirem os seus vieses cognitivos (Dovidio et al., 2017; Van Assche et al., 2023). Assim, o contacto com crianças e jovens em acolhimento pode permitir que imagens sociais mais positivas e humanizadas dos jovens possam emergir (Hoffnung-Assouline et al., 2025). Considerando estas associações, o modelo de mediação foi testado controlando para o efeito da idade e do contacto com jovens em acolhimento residencial.

No que diz respeito ao papel mediador da empatia e da dominância social, os resultados revelaram efeitos indiretos estatisticamente significativos da empatia (i.e., preocupação empática e tomada de perspetiva) e da oposição à igualdade na relação entre o sexo dos

participantes e a dimensão competentes das imagens sociais (e.g., inteligente, lutador, trabalhador). Assim, verificámos que as participantes do sexo feminino tendem a apresentar níveis mais elevados de preocupação empática e de tomada de perspetiva e mais reduzidos de oposição à igualdade, o que, por sua vez, está associado a níveis mais elevados de imagens sociais positivas acerca dos jovens acolhidos.

Este resultado está alinhado com a literatura anterior que suporta solidamente o facto de que as mulheres, comparativamente com os homens, tendem a apresentar níveis mais elevados de empatia (Hoffnung-Assouline et al., 2025; Magalhães et al., 2011; Magalhães et al., 2022) bem como níveis mais reduzidos de orientação para a dominância social (Graça et al., 2018; Ho et al., 2015; Pratto et al., 2006; Rollero et al., 2021; Sidanius & Pratto, 1999). Se as duas dimensões de empatia parecem mediar esta associação, no caso da dominância social, apenas a oposição à igualdade emergiu estatisticamente significativa no modelo. Este resultado é conceptualmente expectável, na medida em que, se a orientação para a dominância grupal envolve um apoio à opressão explicita, força e agressão contra grupos subordinados, a oposição à igualdade reflete uma nuance mais subtil de orientação para a dominância social, especificamente, a preferência pela manutenção subtil, ideológica e política de desigualdades e hierarquias (Ho et al., 2015; Pratto et al., 2006). Assim, podemos considerar que os jovens acolhidos não são tipicamente percecionados como uma ameaça, mas antes como um grupo vulnerável do ponto de vista psicológico (e.g., carentes, vítimas de trauma) (Calheiros et al., 2015; Garrido et al., 2016; Hoffnung-Assouline et al., 2025) e que experienciou formas de cuidado adversas (e.g., negligencia) (Hoffnung-Assouline et al., 2025) e por esse motivo a dimensão de orientação para a dominância grupal pode emergir como menos saliente neste contexto. Com efeito, o recurso a uma repressão agressiva parece menos provável num contexto de menor ameaça percebida, e por esse motivo, aspetos mais subtis de oposição à igualdade podem melhor explicar as imagens sociais de jovens em acolhimento residencial.

Assim, apesar das mulheres reportarem imagens sociais mais positivas e menos negativas dos jovens em acolhimento, os resultados sugeriram efeitos de mediação significativos apenas para a dimensão das imagens sociais de competência. A ausência de efeitos das variáveis sociocognitivas nas duas outras dimensões das imagens sociais parecem sugerir que estas variáveis se revelam insuficientes para explicar a totalidade da variância nas imagens sociais de um grupo historicamente marcado pelo trauma e abandono (Calheiros et al., 2015), sugerindo que devem ser tidas em conta outras variáveis. Com efeito, a natureza da própria representação social destes jovens e a forma específica como a orientação para a dominância social opera perante diferentes grupos pode ajudar a explicar a ausência de efeitos significativos. Mais

especificamente, de acordo com o supramencionado, apesar de a população em acolhimento residencial ser predominantemente caracterizada de forma negativa (Calheiros et al., 2015; Garrido et al., 2016; Hoffnung-Assouline et al., 2025), a natureza desta perceção reside frequentemente na vulnerabilidade desta população (Calheiros et al., 2015). Deste modo, uma vez que não é interpretada como uma ameaça, os mecanismos associados a níveis elevados de orientação para a dominância social podem não ser ativados (Ho et al., 2015; Pratto et al., 2006; Rollero et al., 2019) e esta variável perde o seu papel preditivo na atribuição destas imagens sociais negativas. Da mesma forma, o efeito negativo da empatia nas imagens sociais negativas pode ser mitigada por uma perceção socialmente cristalizada acerca da população em acolhimento residencial que tende a ser transversalmente negativa, independentemente das características empáticas do participante (Calheiros et al., 2015). Assim, as imagens sociais negativas dos jovens acolhidos parecem ser explicadas por outros fatores para além da orientação para a dominância social e da empatia, designadamente, a desvinculação moral e o autoritarismo de direita.

A desvinculação moral reflete uma tendência cognitiva de justificação de comportamentos prejudiciais e de neutralizar a autorregulação moral, através de mecanismos como a difusão de responsabilidades (Magalhães et al., 2022). A literatura demonstra consistentemente que os homens, comparativamente com as mulheres, tendem a apresentar níveis mais elevados de propensão para a desvinculação moral (Bandura, 1999; Clemente et al., 2019), o que por sua vez parece estar associado à maior aceitação de estereótipos restritivos sobre populações em vulnerabilidade (Magalhães et al., 2022). Por sua vez, o autoritarismo de direita, caracterizado por uma forte adesão à moralidade convencional e a uma hostilidade face àqueles considerados não convencionais ou desviantes (Petterson & Zurbriggen, 2010) é também um forte preditor de preconceito face a grupos estigmatizados (Perez-Arche et al., 2021). Sabe-se também que a orientação para a dominância social e o autoritarismo de direita contribuem fortemente para o preconceito generalizado (Mcfarland, 2010), e que os homens tendem a apresentar níveis mais elevados destas duas dimensões. Com isto, sendo os jovens em acolhimento residencial uma população também em especial situação de vulnerabilidade, a desvinculação moral e o autoritarismo de direita podem contribuir para uma melhor compreensão das diferenças de género ao nível das imagens sociais de jovens em acolhimento residencial.

Finalmente, pese embora o modelo de mediação apenas se tenha verificado de forma significativa no que diz respeito às imagens sociais de competência dos jovens acolhidos, os efeitos totais do sexo emergiram associados a todas as dimensões das imagens sociais destes jovens. Especificamente, as mulheres neste estudo tendem a considerar os jovens acolhidos

como mais competentes, felizes e cuidados, e menos tristes e problemáticos do que os homens. Estes resultados podem ser explicados pelo facto de as mulheres revelarem uma maior capacidade em reconhecer atributos positivos e competências nestes jovens, uma vez que são também tipicamente mais empáticas (e.g., Graça et al., 2018; Hoffnung-Assouline et al., 2025; Magalhães et al., 2011; Magalhães et al., 2022). Mais do que refletir apenas diferenças de socialização, estes resultados sugerem que as mulheres mobilizam mecanismos sociocognitivos distintos dos homens e mais adaptativos na avaliação deste grupo em situação de vulnerabilidade. Esta sensibilidade diferenciada radica no desenvolvimento ontogenético feminino, tradicionalmente pautado por incentivos à interdependência, cooperação e responsividade afetiva às necessidades do outro, em contraste com uma orientação masculina culturalmente mais direcionada para a independência e competitividade (Milfont et al., 2016; Strapko et al., 2016)

Em suma, os dados indicam que a visão positiva por parte das mulheres acerca dos jovens em acolhimento residencial como sendo competentes resulta de um processamento interpessoal empático e mais igualitário (e.g., Graça et al., 2018), que desafia ativamente o estigma social habitualmente associado ao acolhimento residencial (e.g., Calheiros et al., 2015).

4.6. Limitações, Implicações para a Investigação e para a Prática

Este estudo, além de possuir um carácter inovador ao examinar o papel da empatia e da orientação para a dominância social na associação entre o sexo e as imagens sociais de jovens acolhidos, contribuiu também para uma compreensão mais aprofundada acerca do papel específico de diferentes dimensões da orientação para a dominância social nestes processos, incluindo formas subtis de manutenção de desigualdades sociais (Giger et al., 2015; Jost & Thompson, 2000). Apesar destes resultados inovadores, o presente estudo possui limitações que devem ser tidas em conta. Em primeira instância, os participantes deste estudo constituíram uma amostra de conveniência que se revelou reduzida e desequilibrada ao nível do sexo dos participantes, dada a representação substancialmente superior de elementos do sexo feminino. Assim, estudos futuros devem envolver amostras com uma distribuição equitativa entre homens e mulheres. Por sua vez, a recolha de dados baseou-se exclusivamente nas perspetivas de estudantes universitários através do uso exclusivo de medidas de autorrelato. De modo a garantir uma compreensão mais holística do tema, sugere-se o cruzamento de múltiplas fontes de informação em estudos futuros integrando, nomeadamente, relatos dos próprios jovens acolhidos ou de indivíduos que já estiveram acolhidos. Em adição, a natureza transversal do estudo impossibilita a inferência de relações causais entre as variáveis em análise. O recurso a

metodologias longitudinais que acompanhem os participantes ao longo do tempo permitiria uma clarificação mais rigorosa destas dinâmicas causais. Paralelamente, importa sublinhar que permanecem por estudar outras variáveis explicativas da relação entre o sexo e as imagens sociais dos jovens acolhidos, visto que os mecanismos subjacentes não parecem ser totalmente esclarecidos nem pela empatia, nem pela orientação para a dominância social. Por conseguinte, investigações futuras beneficiariam da inclusão de outros preditores (e.g., desvinculação moral e autoritarismo de direita) para compreender de forma mais robusta as imagens sociais de jovens acolhidos.

Não obstante as limitações apontadas, este estudo contribui com importantes implicações práticas para profissionais e para o delineamento das políticas vigentes. O presente estudo insere-se num projeto mais alargado focado na perspetiva de estudantes universitários acerca das imagens sociais de jovens em acolhimento residencial. Com efeito, sabe-se que estas imagens são preponderantemente negativas na comunidade, e tendem a ser ainda mais desfavoráveis em profissionais que desempenham funções nestas áreas (Garrido et al., 2016; Lopes et al., 2017). Assim, identificar e mapear precocemente estes estereótipos em estudantes em formação superior assume um papel estratégico. Desta forma, torna-se possível desconstruir e mitigar conceções negativas antes destes potenciais profissionais ingressarem na sua prática profissional, incluindo a possibilidade de contacto com estes jovens. Assim, e à semelhança de investigações prévias (e.g., Hoffnung-Assouline et al., 2025), os resultados deste estudo demonstraram que o contacto com jovens acolhidos e a empatia se associam positivamente com imagens sociais favoráveis acerca destes jovens. Deste modo, iniciativas académicas que promovam o contacto intergrupal com esta população tornam-se fulcrais para fomentar a empatia e para diminuir o preconceito (e.g., Dovido et al., 2017; Van Assche et al., 2023). Em consonância com esta perspetiva, reveste-se de particular importância o desenvolvimento de programas de voluntariado ou de mentoria que promovam o contacto direto entre a comunidade universitária e os jovens em acolhimento residencial. Estas iniciativas permitem que os estudantes reconheçam as necessidades específicas desta população, mas também as suas caraterísticas positivas, forças e competências. Por sua vez, de modo a preparar os estudantes para esse contacto, ou como alternativa quando este não é viável, pode assumir particular relevância a implementação de intervenções promotoras de empatia baseadas na tomada de perspetiva (Whitford & Emerson, 2019). Tais estratégias demonstraram eficácia na redução significativa de preconceitos implícitos de estudantes universitários, ao recorrerem à exposição a narrativas reais e a exercícios de escrita reflexiva (Whitford & Emerson, 2019). Mais especificamente, os estudantes são confrontados com relatos e experiências reais partilhados

por elementos deste grupo minoritário sobre as adversidades e estigmas enfrentados, sendo posteriormente instados a redigir um texto no qual se colocam na posição do outro (Whitford & Emerson, 2019). Deste modo, ao conciliar o contacto direto com uma reflexão estruturada assente em dinâmicas promotoras de empatia, torna-se possível mitigar a disseminação de estigmas e imagens negativas entre a população universitária.

No que concerne às linhas de investigação futura, no presente estudo não explorámos o papel da área de formação dos estudantes ao nível das suas imagens sociais, no entanto, esta diferenciação torna-se particularmente essencial ao considerar que os cursos das ciências sociais podem formar os futuros profissionais da área do acolhimento, cujas perceções e estereótipos moldarão diretamente as futuras práticas de cuidado e intervenção. Embora no presente estudo essa análise comparativa não tenha sido exequível devido à dimensão da amostra e à presença de dados omissos, esta linha de investigação permitirá compreender como as diferentes matrizes curriculares podem contribuir para a desconstrução do preconceito.

Por fim, no âmbito das estruturas de proteção, as práticas profissionais de suporte e segurança podem ser cruciais para apoiar estes jovens a lidar com o estigma associado ao acolhimento e fomentar a construção de uma identidade positiva e resiliente. Particularmente, importa promover uma autoimagem positiva ao nível das competências e sensibilizar a comunidade para as mesmas, desconstruindo a visão restritiva de que estes jovens possuem menos competências. Neste aspeto, os profissionais em casas de acolhimento desempenham um papel fundamental ao estabelecerem relações de qualidade e promoverem a sua resiliência (Calheiros et al., 2021). Assim, este processo exige a formação contínua de profissionais (Garrido et al., 2016; Lopes et al., 2017), e a sua capacitação efetiva para promoverem um sentido de pertença e de competência por parte dos jovens (Schofield, 2017), o que por sua vez, requer suporte institucional e organizacional (e.g., a redução da sobrecarga de trabalho das equipas).

Conclusão

A presente dissertação teve como principal propósito explorar o papel mediador de variáveis sociocognitivas, especificamente, a empatia e a orientação para a dominância social, na relação entre o sexo e as imagens sociais de jovens em acolhimento residencial, sob a perspetiva de estudantes universitários. Os resultados obtidos expandem a evidência empírica ao demonstrar diferenças de sexo significativas ao nível das três dimensões das imagens sociais. Alinhando-se com investigações recentes (e.g., Hoffnung-Assouline et al., 2025), as mulheres tendem a apresentar perceções mais positivas e humanizadas dos jovens em acolhimento residencial, atribuindo maiores níveis de competência, felicidade e cuidado. Em contrapartida, os homens demonstraram uma maior orientação para a dominância social e perceções mais estigmatizantes. O principal contributo inovador desta dissertação reside na validação do modelo de mediação para a dimensão de competência das imagens sociais. Assim, as mulheres tendem a apresentar níveis mais elevados de empatia e mais reduzidos de dominância social, o que por sua vez, explica níveis mais elevados de imagens sociais de competência. Não obstante, o modelo não explicou a totalidade da variância nas dimensões das imagens de valência negativa e positiva, sugerindo que a manutenção destes estereótipos num grupo historicamente marcado pela adversidade é um fenómeno complexo e influenciado por fatores adicionais. À semelhança da literatura prévia (e.g., Hoffnung-Assouline et al., 2025), neste estudo, os resultados sugerem que a promoção do contacto com a realidade do acolhimento residencial, alicerçado em programas de voluntariado e em intervenções indutoras de empatia, pode revelar-se fundamental para mitigar vieses cognitivos e preconceitos.

Em suma, a desconstrução do estigma social associado ao acolhimento residencial exige uma intervenção planeada que atue na raiz dos mecanismos sociocognitivos dos futuros profissionais. Estimular uma visão mais positiva na comunidade universitária constitui um passo fundamental para transformar as perceções sociais e capacitar a sociedade para reconhecer não apenas a vulnerabilidade, mas sobretudo a competência e a resiliência destes jovens. Ao assegurar que estes não sejam definidos pelas suas adversidades, contribui-se ativamente para a construção de uma identidade segura e promove-se a efetiva integração e o bem-estar de uma população que se encontra numa situação de particular vulnerabilidade.

Fontes

Decreto-Lei n.º 164/2019 da Presidência do Conselho de Ministros (2019). Diário da República n.º 206/2019, Série I, pp. 65-79. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/164-2019-125692191

Decreto-Lei n.º 39/2025 da Presidência do Conselho de Ministros (2025). Diário da República n.º 59/2025, Série I. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/39-2025-912256341

Lei n.º 37/2025, de 31 de março, da Assembleia da República (2025). Diário da República n.º 63/2025, Série I. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/37-2025-913048481

Referências Bibliográficas

Alberto, I. (2008). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. Em C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crime* (3ª ed., 2º vol., pp.209-227). Quarteto.

Alcantara, R., Shortway, K., & Prempeh, B. (2019). The relationship between social dominance orientation and child sexual abuse credibility assessment. *Journal of Child Sexual Abuse, 28*(4), 400–416. https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1592271

Almas, A. N., Papp, L. J., Woodbury, M. R., Nelson, C. A., Zeanah, C. H., & Fox, N. A. (2020). The impact of caregiving disruptions of previously institutionalized children on multiple outcomes in late childhood. *Child development*, *91*(1), 96–109. https://doi.org/10.1111/cdev.13169

An, E. M., Lee, S. J., & Chung, I. J. (2020). The effects of the stigma trajectory of adolescentes in out-of-home care on self- esteem and antisocial behavior. *Children and Youth Services Review, 116,* 105167. 10.1016/j.childyouth.2020.105167

Anjos, C., Magalhães, E., Graça, J., Pinto, V. S., Baptista, J., & Pinheiro, M. (2023). Perceived barriers, drivers and enablers to becoming a foster family: An exploratory study in Portugal. *Children and Youth Services Review, 145*, 106811. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2023.106811

Baams, L., Beek, T., Hille, H., Zevenbergen, F., & Bos, H. (2013). Gender nonconformity, perceived stigmatization, and psychological well-being in Dutch sexual minority youth and young adults: A mediation analysis. *Archives of Sexual Behavior, 42,* 765–773. https://doi.org/10.1007/s10508-012-0055-z

Bandura, A. (1999). Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *Personality and Social Psychology Review, 3*(3), 193–209. https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0303_3

Bjärehed, M., Thornberg, R., Wänström, L., & Gini, G. (2019). Individual moral disengagement and bullying among swedish fifth graders: The role of collective moral disengagement and pro-bullying behavior within classrooms. *Journal of Interpersonal Violence, 36*(17-18), NP9576–NP9600. https://doi.org/10.1177/0886260519860889

Burke, S. E., Dovidio, J. F., Przedworski, J. M., Hardeman, R. R., Perry, S. P., Phelan, S. M., Nelson, D. B., Burgess, D. J., Yeazel, M. W., & Van Ryn, M. (2015). Do contact and empathy mitigate bias against gay and lesbian people among heterosexual medical students? A report from medical student CHANGE study. *Academic Medicine: Journal of the Association of American Medical Colleges, 90*(5), 645-651. https://doi.org/10.1097/ACM.0000000000000661

Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Patrício, J. N. (2015). Social images of residential care: How children, youth and residential care institutions are portrayed? *Children and Youth Services Review*, *55*, 159-169. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.06.004

Calheiros, M. M., & Patrício, J. N. (2014). Assessment of needs in residential care: Perspectives of youth and professionals. *Journal of Child and Family Studies, 23*, 461–474. https://doi.org/10.1007/s10826-012-9702-1

Christov-Moore, L., Simpson, E. A., Coudé, G., Grigaityte, K., Iacoboni, M., & Ferrari, P. F. (2014). Empathy: Gender effects in brain and behavior. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews, 46*(4), 604–627. https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2014.09.001

Clemente, M., Espinosa, P., & Padilla, D. (2019). Moral disengagement and willingness to behave unethically against ex-partner in a child custody dispute. *PloS One, 14*(3), e0213662. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0213662

Corsini, J. R. (1999). *The dictionary of psychology*. Taylor & Francis Press.

Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: Evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology, 44*(1), 113–126. https://doi.org/10.1037/0022-3514.44.1.113

Davis, M. H. (2006). Empathy. Em J. E. Stets & J. H. Turner (Eds.), *Handbook of the sociology of emotions* (pp. 443-466). Springer.

Decety, J., & Jackson, P. L. (2004). The functional architecture of human empathy. *Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews, 3*, 71-100. https://doi.org/10.1177/1534582304267187

Del Valle, J. F., & Bravo, A. (2013). Current trends, figures and challenges in out of home childcare: An international comparative analysis. *Psychosocial Intervention, 22*(3), 251-257. https://doi.org/10.5093/in2013a28

Dovidio, J. F., Love, A., Schellhaas, F. M., & Hewstone, M. (2017). Reducing intergroup bias through intergroup contact: Twenty years of progress and future directions. *Group Processes & Intergroup Relations, 20*(5), 606–620. https://doi.org/10.1177/1368430217712052

Erikson, E. H. (1993). *Childhood and society*. W. W. Norton & Company.

Galinsky, A. D., & Moskowitz, G. B. (2000). Perspective-taking: Decreasing stereotype expression, stereotype accessibility, and in-group favoritism. *Journal of Personality and Social Psychology, 78*(4), 708-724. https://doi.org/10.1037/0022-3514.78.4.708

Garrido, M. V., Patrício, J. N., Calheiros, M. M., & Lopes, D. (2016). Comparing the social images of youth in and out of residential care. *Journal of Community & Applied Social Psychology, 26*(5), 439–455. https://doi.org/10.1002/casp.2273

Giger, J. C., Orgambídez-Ramos, A., Gonçalves, G., Santos, J. & Gomes A. (2015). Evidências métricas da adaptação da escala de dominância social numa amostra portuguesa. *Avaliação Psicológica, 14*(1), pp. 143-151. https://doi.org/10.15689/ap.2015.1401.16

Google. (2026a). *Gemini* (Versão de maio de 2026) [Grande modelo de linguagem]. https://gemini.google.com/

Google. (2026b). *NotebookLM* [Modelo de linguagem e assistente de pesquisa]. https://notebooklm.google.com

Graça, J., Calheiros, M. M., & Oliveira, A. (2016). Situating moral disengagement: Motivated reasoning in meat consumption and substitution. *Personality and Individual Differences, 90*, 353–364. https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.11.042

Graça, J., Calheiros, M. M., Oliveira, A., & Milfont, T. L., (2018). Why are women less likely to support animal exploitation than men? The mediating roles of social dominance orientation and empathy. *Personality and Individual Differences, 129*, 66–69. https://doi.org/10.1016/j.paid.2018.03.007

Greger, H. K., Myhre, A. K., Lydersen, S., & Jozefiak, T. (2015). Previous maltreatment and present mental health in a high-risk adolescent population. *Child Abuse and Neglect*, *45*, 122–134. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.05.003

Hamilton, D. L., & Uhles, A. N. (2000). Stereotypes. Em A. E. Kazdin (Ed.), *Encyclopedia of psychology* (Vol. 7, pp. 466–470). Oxford University Press.

Ho, A. K., Sidanius, J., Kteily, N., Sheehy-Skeffington, J., Pratto, F., Henkel, K. E., & Stewart, A. L. (2015). The nature of social dominance orientation: Theorizing and measuring preferences for intergroup inequality using the new SDO$_7$ scale. *Journal of Personality and Social Psychology, 109*(6), 1003-1028. https://doi.org/10.1037/pspi0000033

Hoffnung-Assouline, A., Attar-Schwartz, S., & Magalhães, E. (2025). Social images of youth in residential care: the role of personal contact with care-experienced individuals and empathy. *European Journal of Social Work*, 1–15. https://doi.org/10.1080/13691457.2025.2494067

Hojat, M., Gonnella, J. S., Nasca, T. J., Mangione, S., Vergare, M., & Magee, M. (2002). Physician empathy: Definition, components, measurement, and relationship to gender and specialty. *American Journal of Psychiatry, 159*(9), 1563–1569. https://doi.org/10.1176/appi.ajp.159.9.1563

Humphreys, K. L. (2019). Future Directions in the Study and Treatment of Parent–Child Separation. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, *48*(1), 166–178. https://doi.org/10.1080/15374416.2018.1534209

Ibrahim, R. W., & Howe, D. (2011). The experience of Jordanian care leavers making the transition from residential care to adulthood: The influence of a patriarchal and collectivist culture. *Children and Youth Services Review, 33*(12), 2469–2474. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.08.019

Igartua, J. J., & Hayes, A. F. (2021). Mediation, moderation, and conditional process analysis: Concepts, computations, and some common confusions. *The Spanish journal of psychology, 24,* e49, 1-23. https://doi.org/10.1017/SJP.2021.46

Instituto da Segurança Social (ISS). (2025). *CASA 2024 - Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens.* Retirado de: https://www.garantiainfancia.gov.pt/documents/37502/0/Relat%C3%B3rio+Casa+2024/d672f9d9-ef67-474c-8b78-65dee1f040bb

Jost, J. T., & Thompson, E. P. (2000). Group-based dominance and opposition to equality as independent predictors of self-esteem, ethnocentrism, and social policy attitudes among african americans and european americans. *Journal of Experimental Social Psychology, 36*(3), 209-232. https://doi.org/10.1006/jesp.1999.1403

Kline, R. B. (2016). Principles and practice of structural equation modeling (4ª ed.). The Guilford Press.

Limpo, T., Alves, R. A., & Castro, S. L. (2010). Medir a empatia: Adaptação portuguesa do índice de reactividade interpessoal. *Laboratório de Psicologia, 8*(2), 171-184.

Lopes, D., Calheiros, M. M., Patrício, J. N., & Garrido, M. V. (2017). Development and validation of a social images evaluation questionnaire for youth in residential care. *PLoS One, 12*(6), e0179890. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0179890

Magalhães, E., & Calheiros, M. M. (2017). A dual-factor model of mental health and social support: Evidence with adolescents in residential care. *Children and Youth Services Review*, *79*, 442–449. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.06.041

Magalhães, E., & Camilo, C. (2023). Maltreatment history and internalizing and externalizing symptoms in out-of-home care: A three-level meta-analysis. *European Journal of Psychology Applied to Legal Context, 15*(2), 89-103. https://doi.org/10.5093/ejpalc2023a10

Magalhães, E., Graça, J., Antunes, C., Ferreira, C., & Pinheiro, M. (2022). Why are men more likely to endorse myths about child sexual abuse than women? Evidence from disposition and situation-based approaches. *Child maltreatment*, *27*(3), 356–365. https://doi.org/10.1177/1077559520988353

Magalhães, E., Salgueira, A., Costa, P., & Costa, M. J. (2011). Empathy in senior year and first year medical students: A cross-sectional study. *BMC Medical Education, 11*(52), 1–7. https://doi.org/10.1186/1472-6920-11-52

McCall, R. B. (2011). IX. Research, practice, and policy perspectives on issues of children without permanent parental care. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 76*(4), 223–272. https://doi.org/10.1111/j.1540-5834.2011.00634.x

McFarland, S. (2010). Authoritarianism, social dominance, and other roots of generalized prejudice. *Political Psychology, 31*(3), 453–477. https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00765.x

Milfont, T. L., & Sibley, C. G. (2016). Empathic and social dominance orientations help explain gender differences in environmentalism: A one-year Bayesian mediation analysis. *Personality and Individual Differences, 90*, 85–88. https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.10.044

Moreno-Manso, J. M., García-Baamonde, M. E., Guerrero-Barona, E., Godoy-Merino, M. J., Bueso-Izquierdo, N., & Guerrero- Molina, M. (2020). Emotional, behavioural and executive functioning problems in children in residential care. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 17*(10), 3596. https://doi.org/10.3390/ijerph17103596

Neagoe, I. M., & Papasteri, C. C. (2023). Adverse childhood experiences in residential care: Predicting accumulation and exploring clustering of adversity in Romanian care facilities. *Child & Youth Care Forum, 52*(4), 779–800. https://doi.org/10.1007/s10566-022-09712-x

Pang, C., Li, W., Zhou, Y., Gao, T., & Han, S. (2023). Are women more empathetic than men? Questionnaire and EEG estimations of sex/gender differences in empathic ability. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, *18*(1). https://doi.org/10.1093/scan/nsad008

Perez-Arche, H., & Miller, D. J. (2021). What predicts attitudes toward transgender and nonbinary people? An exploration of gender, authoritarianism, social dominance, and gender ideology. *Sex Roles: A Journal of Research, 85*, 172-189. https://doi.org/10.1007/s11199-020-01212-3

Pinheiro, M., Magalhães, E., & Baptista, J. (2024). Resilience in residential care: A qualitative study based on the voices of adolescents. *Children and Youth Services Review, 162*, 107694. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2024.107694

Potochnick, S. R., & Perreira, K. M. (2010). Depression and anxiety among first-generation immigrant Latino youth: Key correlates and implications for future research. *The Journal of nervous and mental disease, 198*(7), 470–477. https://doi.org/10.1097/NMD.0b013e3181e4ce24

Pratto, F., Sidanius, J., & Levin, S. (2006). Social dominance theory and the dynamics of intergroup relations: Taking stock and looking forward. *European Review of Social Psychology*, *17*, 271–320. https://doi.org/10.1080/10463280601055772

Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology, 67*(4), 741–763. https://doi.org/10.1037/0022-3514.67.4.741

Rochat, M. J. (2023). Sex and gender differences in the development of empathy. *Journal of neuroscience research*, *101*(5), 718–729. https://doi.org/10.1002/jnr.25009

Rollero, C., Bergagna, E., & Tartaglia, S. (2021). What is violence? The role of sexism and social dominance orientation in recognizing violence against women. *Journal of interpersonal violence*, *36*(21-22), NP11349–NP11366. https://doi.org/10.1177/0886260519888525

Schofield, G., Larsson, B., & Ward, E. (2017). Risco, resiliência e construção de identidade nas narrativas de vida de jovens egressos de instituições de acolhimento. *Child & Family Social Work, 22*(2), 782-791. https://doi.org/10.1111/cfs.12295

Sears, D. O., Haley, H., & Henry, P. J. (2008). Cultural diversity and sociopolitical attitudes at college entry. Em J. Sidanius, S. Levin, C. Van Lear, & D. O. Sears (Eds.), *The diversity challenge: Social identity and intergroup relations on the college campus* (pp. 65–99). Russell Sage Foundation.

Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression. Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/CBO9781139175043

Sidanius, J., Levin, S., Federico, C. M., & Pratto, F. (2001). Legitimizing ideologies: The social dominance approach. Em J. T. Jost & B. Major (Eds.), The *Psychology of legitimacy:*

Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations (pp. 307-331). Cambridge University Press.

Silva, C. S., & Calheiros, M. M. (2022). Youth's self-construction in the context of residential care: The looking-glass self within the youth-caregiver relationship. *Children and Youth Services Review, 132,* 106328. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106328

Silván-Ferrero, M. P., & Bustillos, A. (2007). Adaptación de la escala de orientación a la dominancia social al castellano: Validación de la dominância grupal y la oposición a la igualdad como factores subyacentes. *Revista de Psicología Social, 22*(1), 3-15. https://doi.org/10.1174/021347407779697485

Strapko, N., Hempel, L., MacIlroy, K., & Smith, K. (2016). Gender differences in environmental concern: Reevaluating gender socialization. *Society and Natural Resources, 29*(9), 1015–1031. https://doi.org/10.1080/08941920.2016.1138563

Van Assche, J., Swart, H., Schmid, K., Dhont, K., Al Ramiah, A., Christ, O., Kauff, M., Rothmann, S., Savelkoul, M., Tausch, N., Wölfer, R., Zahreddine, S., Saleem, M., & Hewstone, M. (2023). Intergroup contact is reliably associated with reduced prejudice, even in the face of group threat and discrimination. *American Psychologist, 78*(6), 761–774. https://doi.org/10.1037/amp0001144

Whitford, D. K., & Emerson, A. M. (2019). Empathy intervention to reduce implicit bias in pre-service teachers. *Psychological Reports, 122*(2), 670–688. https://doi.org/10.1177/0033294118767435

Apêndice

Uso de Inteligência Artificial

Foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial, especificamente, o Gemini (Google, 2026a) e o NotebookLM (Google, 2026b). De modo a promover a clareza linguística e textual, incluindo a revisão gramatical, recorreu-se ao Gemini. Já a análise preliminar das fontes bibliográficas para o enquadramento teórico foi apoiada pelo NotebookLM. Importa ressalvar que todas as informações foram analisadas criticamente pela aluna.

Formulário

Uso de Ferramentas de Inteligência Artificial (IA) em Trabalhos Académicos

1. Declaração e Transparência

☐ Não foram utilizadas ferramentas de IA no manuscrito.

[X] Foram utilizadas ferramentas de IA no manuscrito e:

[X] Declarei explicitamente o uso de ferramentas de IA no manuscrito.

[X] Indiquei o nome da ferramenta e, sempre que possível, a versão.

[X] Descrevi claramente para que finalidade a IA foi utilizada (ex.: revisão linguística, apoio à análise, organização preliminar, simulação de dados).

2. Autoria e Responsabilidade

[X] Assumo responsabilidade integral pelo texto, dados, análises, interpretações e referências.

3. Uso de IA na Redação e no Conteúdo Científico

[X] A IA não foi utilizada para fabricar dados, resultados empíricos ou conclusões.

[X] Qualquer texto gerado ou reformulado com apoio de IA foi criticamente revisto por mim.

[X] Todas as referências bibliográficas e citações foram verificadas manualmente (não há referências fictícias ou inexatas).

4. IA como Parte do Método (Assinalar apenas se aplicável)

☐ O uso de IA como parte do método foi justificado do ponto de vista de produção do conhecimento.

☐ Os procedimentos foram descritos de forma clara e transparente.

☐ Foram explicitados limites, enviesamentos potenciais e decisões interpretativas humanas.

5. Investigação Qualitativa, Entrevistas e Etnografia (Assinalar apenas se aplicável)

☐ A IA não teve acesso a transcrições integrais de entrevistas, notas de campo, diários etnográficos ou observações participantes.

☐ A IA não foi utilizada para gerar discurso, narrativas empíricas ou descrições etnográficas simuladas.

Qualquer apoio de IA à análise qualitativa (ex.: sugestões exploratórias de códigos ou temas) foi:

☐ Descrito na secção de Metodologia;

☐ Interpretado e validado pelos/as investigadores/as;

☐ Utilizado em conformidade com os termos de consentimento informado.

6. Proteção de Dados e Ética

[X] Nenhum dado pessoal, sensível ou identificável foi introduzido em ferramentas de IA.
[X] O uso de IA é compatível com as normas éticas da investigação científica e com a legislação de proteção de dados aplicável.

Data: 16/06/2026

Nome(s): Sara Pereira Santos

Assinatura: Assinado por: Sara Pereira Santos
Num. de Identificação: BI30200868
Data: 21-07-2026 10:16:58 +01:00

CHAVE MÓVEL